



VENEZUELA

UM PAÍS EM SUSPENSO

PREFÁCIO DE LUÍS AMADO
ex-ministro dos
Negócios Estrangeiros

NANCY
GOMES

ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	7
<i>Apresentação</i>	11
CAPÍTULO I	
A formação sociopolítica da Venezuela	15
CAPÍTULO II	
Economia, desenvolvimento e petróleo	39
CAPÍTULO III	
Venezuela: Processo da cultura, identidade e nação	61
CAPÍTULO IV	
Venezuela, terra de passagem	85
CAPÍTULO V	
Relações externas da Venezuela	109
Conclusão	133
<i>Notas</i>	139
<i>Bibliografia</i>	147
<i>Agradecimentos</i>	153

PREFÁCIO

Tem-se falado muito da Venezuela nos últimos tempos, depois da extraordinária ação militar americana contra o presidente Maduro. Por boas ou más razões, a Venezuela continuará na agenda internacional por muito tempo. Mas escreve-se pouco em Portugal sobre aquele país caribenho, onde vivem ainda algumas centenas de milhares de portugueses, se considerarmos os descendentes de segunda e terceira geração. Daí a oportunidade deste livro da professora Nancy Gomes. Um trabalho com rigor académico, numa linguagem simples e despretensiosa, acessível ao grande público. Um texto de divulgação da história da Venezuela, que nos ajuda a compreender a complexa realidade política, económica, sociológica e geopolítica do país onde nasceu. Descendente de emigrantes madeirenses, regressou a Portugal, como sucedeu com tantos jovens da sua geração, para aqui construir a sua carreira académica. Mas percebe-se, pelo registo afetivo e nostálgico com que descreve as suas origens, a profunda ligação que mantém com o país que a viu nascer.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a Venezuela foi um dos principais destinos de vagas de imigração portuguesa que fugiram da pobreza em busca de uma vida melhor. A exploração dos vastos recursos petrolíferos do país, que tem mais de um século, provocou um ciclo de rápido crescimento económico, que atraiu muitos imigrantes europeus. Milhares de portugueses, sobretudo da ilha da Madeira, atravessaram o Atlântico à procura de uma oportunidade.

Tendo iniciado a minha atividade política na Madeira nos anos 80, pude testemunhar a profundidade dos laços que unem

muitas famílias madeirenses à Venezuela, acompanhando com regular atenção e preocupação a evolução da situação política no país. Simultaneamente, as novas instituições autónomas viram, desde a primeira hora, o interesse estratégico do reforço das relações com as comunidades da diáspora madeirense em Caracas. Recordo uma visita privada de Carlos Andrés Pérez à Madeira, num período ainda de otimismo e confiança sobre o futuro da Venezuela e, mais tarde, em 2001, acompanhei a visita, de poucas horas, de Hugo Chávez à Madeira, por onde passou como um furacão político, em jeito de campanha eleitoral. Vivi por dentro essa visita e pude testemunhar a perplexidade e reserva com que foi recebido pelos madeirenses, já desconfiados do programa revolucionário que acabaria por levar a Venezuela à dramática situação em que se encontra.

Depois do 25 de Abril, as relações entre Portugal e a Venezuela intensificaram-se, dada a dimensão e a importância da comunidade portuguesa. Os presidentes Eanes, Soares, Sampaio e Cavaco visitaram oficialmente a Venezuela. Mas a chegada de Chávez ao poder, a instabilidade e insegurança, provocada pela rutura revolucionária do seu programa, despertam a preocupação das autoridades portuguesas com o destino da comunidade e dos seus interesses. Desde então, a situação política na Venezuela tornou-se uma constante na política externa portuguesa.

A atribulada ascensão política de Chávez no virar do século acabou numa mudança de regime em Caracas e no estabelecimento de uma nova ordem constitucional, bem descrita no livro. A Venezuela tornou-se, então, objeto de crescente curiosidade política para quem segue a vida mundial e a complexa dinâmica do poder nas relações internacionais. Até à queda dramática do seu sucessor Nicolás Maduro, a experiência da revolução «bolivariana» mereceu particular atenção de vários círculos da esquerda europeia e americana. Seguindo o princípio de que «um revolucionário não deve ter medo de eleições», Chávez levou a revolução bolivariana

ao paroxismo da via plebiscitária como fonte de legitimação, conduzindo ao colapso do bipartidarismo tradicional que dominou a vida política da Venezuela ao longo do século. Acabaria por influenciar, depois das crises, financeira de 2008 e da dívida soberana europeia que se seguiu, a ascensão eleitoral de movimentos e forças revolucionárias da extrema-esquerda que aceitaram, com relativo sucesso, arriscar a via eleitoral.

Depois da recente intervenção militar americana em Caracas que levou o presidente Maduro à prisão, em Nova Iorque, a Venezuela entra num novo ciclo de experimentação política. A espetacular operação cirúrgica das forças especiais abriu caminho à reversão do modelo ideológico que Chávez criou e a uma mudança controlada do regime que fundou. A normalização das relações político-diplomáticas com os Estados Unidos e o restabelecimento dos históricos interesses americanos na Venezuela ocorrem no contexto de uma revolução na América e da mais grave crise geopolítica global que o mundo conheceu, desde o fim da 2.^a Grande Guerra. Por isso e, por certo, continuaremos a ouvir falar nos próximos tempos, da Venezuela, «... um país em suspenso». O que reforça a atualidade do trabalho da professora Nancy Gomes e a oportunidade da sua publicação.

Luis Amado

Lisboa, 20 de abril de 2026

APRESENTAÇÃO

Na madrugada de 3 de janeiro de 2026, numa espetacular operação militar comandada pelo governo dos Estados Unidos da América, o presidente *de facto* (não eleito) da República Bolivariana da Venezuela, o Sr. Nicolás Maduro Moros, foi literalmente extraído do complexo militar *Fuerte Tiuna*, onde ele e a sua mulher, a Sra. Cilia Flores, se encontravam sob custódia de um batalhão de seguranças cubanos. Segundo fontes oficiais, terão sido provocadas por esta operação, ao todo, cerca de 100 mortes do lado venezuelano. Não se sabe ao certo o número de feridos. Já entre as forças de intervenção americanas, não se relatam nem mortos nem feridos. Maduro e a sua mulher foram posteriormente levados para uma prisão em Brooklyn, Nova Iorque, onde aguardam julgamento por acusações de narcotráfico e outros crimes.

Com o nome *Operation Absolute Resolve* (Operação Firmeza Absoluta), a intervenção militar contava com um dispositivo de suporte estacionado no mar das Caraíbas desde outubro-novembro de 2025, parte de uma campanha destinada ao combate do narcotráfico no continente americano. Esta campanha, batizada com o nome de *South Spear* (Lança do Sul), reunia todos os meios necessários para apoiar uma operação de tal natureza, além das inúmeras bases militares a curta distância, o maior e mais letal porta-aviões do mundo — o *USS Gerald R. Ford* —, aviões, caças *F-35* e caças-bombardeiros, entre outros.

Esta ação deixou evidente o enorme poderio militar da superpotência que são os Estados Unidos da América. Num contexto de uma sociedade internacional «anárquica e desordenada»,

ou seja, desprovida de uma autoridade capaz de impor a ordem, os agentes com suficiente capacidade militar ou *hard power* podem violar as regras de Direito Internacional e executar os seus planos e estratégias unilateral e impunemente. Não consideramos aqui as sanções económicas e comerciais americanas e europeias impostas à Rússia por causa da invasão à Ucrânia, sem efeitos consideráveis — à luz das expectativas de americanos e europeus — no decorrer de um conflito que evoluiu para uma guerra entre os dois países e que dura há já quatro anos. Sem Maduro na Casa Amarela (a casa presidencial) e com a Sra. Delcy Rodríguez (a sua ministra do Petróleo) encarregada pela Administração Trump de gerir o *day after*, a história da Venezuela ficou em suspenso.

Mas como chegámos aqui? Queremos, neste livro, apresentar uma história mais ilustrativa do que exaustiva. Trata-se de uma narrativa (marcada, certamente, pela minha visão) sobre um país que nasceu no tempo das independências latino-americanas, no século XIX, transitou de regimes de férrea ditadura militar para a democracia e, a partir de finais do século passado, encaminhou-se novamente para um regime considerado autoritário e populista, sustentado por uma «ideologia» — a Revolução Bolivariana do século XXI, iniciada por Hugo Chávez Frías e (des)continuada por Nicolás Maduro.

Como veremos ao longo dos capítulos que integram esta obra, a história da Venezuela ficou profundamente marcada por um acontecimento: a descoberta do petróleo, que pôs o país no mapa dos principais produtores e exportadores do mundo no século XX. A Venezuela passou a contar com um recurso estratégico que lhe permitiu desempenhar papéis diversos, alguns de significativa importância, no cenário internacional. Mas permitiu-lhe, antes de mais, acelerar a sua transição para a democracia e para a modernidade. Ainda hoje, o país posiciona-se no mercado como o território com as maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo.

A cultura venezuelana será aqui apresentada como resultado de um processo determinado pelos vários ciclos económicos, a comercialização do couro, do cacau, do café e, finalmente, do petróleo. Para alguns autores, o desenraizamento fez desta uma «terra de passagem». Os muitos portugueses que por lá passaram não constituem uma exceção — o desejo de voltar a Portugal nunca desapareceu e foi um poderoso incentivo a continuarem a trabalhar na Venezuela.

Entre 1958 e 1999, o binómio democracia-petróleo pôde garantir aos venezuelanos poder real e moral, mas os constantes ataques à democracia e a descida dos preços da *commodity*, na década de 1980, conduziram o país rumo ao descalabro. O endividamento, a inflação, a constante desvalorização da moeda nacional — *el bolívar* —, entre outros graves problemas económicos, geraram um enorme descontentamento da população, facilitando a chegada ao poder do tenente-coronel Hugo Chávez, em finais de 1990. Chávez chegou com um projeto novo e «potencialmente revolucionário» a nível político, social, económico e cultural. Logo após a sua morte, o seu sucessor, Nicolás Maduro, tentou — pelo menos no discurso — continuá-lo, sem grande sucesso. A queda da produção de petróleo por desinvestimento, a fuga de capitais estrangeiros, a má administração dos recursos, cada vez mais escassos, e as sanções, sobretudo a partir de 2019, levaram à perda de popularidade do presidente e o isolamento internacional. Esta conjuntura empurrou o país para uma crise política, social e económica sem precedentes, com dimensões humanitárias que se refletem na saída (ou fuga acelerada) de mais de 8 milhões de pessoas. O sentimento de desenraizamento, que se arrasta desde os primeiros anos da República, parece ter facilitado a saída destas para destinos mais seguros, que aparentemente ofereciam um futuro melhor. Entre eles, Portugal.

Foi na Venezuela, numa cidade com temperaturas que oscilam entre 21 e 33 °C, erguida à volta de um enclave petrolífero

e chamada El Tigre, no Estado Anzoátegui, que nasci. Filha de portugueses — madeirenses, oriundos da Ribeira Brava no lado paterno e da ilha do Porto Santo no lado materno —, fiz o percurso contrário ao dos meus pais. Cheguei a Portugal no início dos anos 1990 e tenho-me dedicado, desde então, à vida académica. Primeiro, a estudar, depois, a dar aulas e a investigar sobre o meu interesse, os assuntos ibero-americanos. Sou testemunha da boa receção que os venezuelanos deram aos portugueses e de como estes se integraram na sociedade caribenha. Sou testemunha dos tempos de «bonança», quando o «Estado mágico» parecia tirar do chapéu tudo o que os venezuelanos desejavam. Mas sou também testemunha da explosão social que ficou conhecida como *Caracazo*. Eu estava lá.

Em Portugal, «de longe», tenho observado «de perto», com um interesse pessoal, mas também científico, os desenvolvimentos que, nos âmbitos da política, da economia, e da cultura sucedem no meu país natal, mas também o tema das migrações e das relações que vinculam a Venezuela a Portugal, ou vice-versa. Convinha chamá-lo «olhar luso-venezuelano», um olhar sem complexos, sensível e esperançoso.

As minhas fontes reúnem diversos autores. Muitos deles foram, na década de 1980, meus professores na Escola de Estudos Internacionais da Universidade Central da Venezuela. A todos eles gostava de deixar aqui uma pequena homenagem. Reúno também breves textos e reflexões publicados por mim ao longo de todos estes anos.

CAPÍTULO I

A formação sociopolítica da Venezuela

Neste capítulo não pretendo, como referi na apresentação, fazer um relato histórico exaustivo sobre a formação sociopolítica da Venezuela, mas sim destacar alguns momentos e eventos que tiveram um grande impacto ou consequências para a existência política do país e da sociedade venezuelana. Entre os diferentes governos, assinalarei também fatores internos e externos que condicionaram a formulação das políticas públicas.

A CHEGADA DOS EUROPEUS

Todos conhecemos a narrativa da proeza histórica realizada por Cristóvão Colombo aquando da chegada das embarcações *La Pinta*, *La Niña* e *La Santa Maria* às Américas, mais precisamente à costa de algumas das ilhas das Caraíbas (Bahamas, Cuba, entre outras), em outubro de 1492. Lembremo-nos de que «a descoberta» ocorre quando os europeus procuravam novas rotas para a Índia, depois de a expansão do Islão ter dificultado o comércio entre Ocidente e Oriente. Depois de alcançarem as Caraíbas, os europeus seguiram rumo ao continente.

As primeiras descrições cartográficas europeias do território venezuelano a que temos acesso referem-se a este como uma ilha. Contemplando o caudal do rio Orinoco¹, Cristóvão Colombo, durante a sua terceira viagem, em agosto de 1498, suspeitou que se tratava afinal de um pedaço de terra continental, e chamou-a

Tierra de Gracia, Terra de Graça, pois deduziu que outrora ali teria existido o paraíso bíblico. O padre Bartolomeu de Las Casas descreveu-a também da seguinte maneira:

Tal era a moderação e a suavidade do clima, bem como a frescura, o verde e a beleza dos bosques, e a disposição graciosa e alegre das terras, que cada pedaço e cada parte delas parecem um paraíso, e a abundância e a grandiosidade impetuosa de tanta água doce [...].²

No contexto das viagens de Colombo pelas costas da América do Sul, o navegador florentino Américo Vespúcio observou também os chamados *palafitos*, pequenas habitações construídas pelos indígenas sobre estacas à beira das águas, que lhe lembraram Veneza. Daí surgiu o nome Venezuela, «a pequena Veneza» de Vespúcio.

Aquando da chegada dos europeus, haveria neste território cerca de 350 000 habitantes, distribuídos por numerosas tribos. Contudo, é difícil ter uma noção exata do número de pessoas que se encontravam espalhadas naquela geografia, até porque nos testemunhos que recebemos a percepção do «outro» é a do conquistador.

Ao contrário do que encontraram mais a norte, no atual México, ou mais a ocidente, no atual Peru, os europeus depararam, no território venezuelano, com pequenos grupos de indígenas, que viviam em comunidades seminómadas, com um desenvolvimento tecnológico rudimentar, desconhecedores da escrita ou da roda. Com a exceção dos timoto-cuicas, que habitavam a região andina e tinham desenvolvido técnicas avançadas de rega, a maioria dos indígenas vivia da caça e da colheita, tinha práticas agrícolas incipientes e comercializava alguns produtos artesanais, como cestos, através de trocas. Na costa centro-oriental, a organização política era mais complexa do que noutras regiões, pois possuíam um chefe

principal, o *cacique*. Não nos deve surpreender saber que algumas tribos praticavam também certas formas de escravatura. O politólogo venezuelano Arturo Sosa, no seu livro *Colonia y Emancipación en Venezuela*, concluiu que não foi fácil para os europeus subjugar os indígenas venezuelanos.³ Para o autor, padre jesuíta, muitos dos nativos fugiram para lugares fora do alcance dos colonizadores, onde gerações sucessivas de indígenas permaneceram até aos dias de hoje. Outros grupos de nativos praticaram formas de resistência passiva como, por exemplo, negarem-se a trabalhar.

Foi através de sistemas como as *encomiendas*⁴ e as missões religiosas que os espanhóis conseguiram organizar e submeter muitos indígenas. Quando o excedente da produção agrícola o permitiu (particularmente, como resultado da produção do cacau), africanos escravizados foram levados para suprir a mão de obra indígena. A partir daí, os escravos negros ocuparam-se das principais atividades na Venezuela: agrícola, pecuária e mineira.

Além de controlar, organizar e submeter os povos nativos, os espanhóis precisavam de administrar os seus novos domínios, e dividiram o território em vice-reinados, audiências e capitánias gerais. O historiador venezuelano Demetrio Boersner lembra-nos de que cada vice-reinado e capitania-geral orientava as suas relações quase exclusivamente para a metrópole. Tratava-se, pois, de uma administração mais vertical do que horizontal, quando comparada com a dos portugueses e ainda mais com a dos franceses, que não facilitaria o surgimento de uma cultura de união ou integração entre os diferentes povos da Hispano-América.⁵

No caso específico da Venezuela, antes de ser convertida em capitania-geral, em 1777, o ocidente do país dependia política e juridicamente do vice-reinado de Santa Fé de Bogotá, e o oriente relacionava-se com a Audiência de Santo Domingo. Existiam, pois, um ocidente mais colombiano, um oriente mais caribenho e um centro que será referência para a coesão de todo o território venezuelano. Pelo seu clima ameno e a sua posição central, Caracas

converteu-se naturalmente no núcleo convergente dos interesses sociais, culturais, económicos e políticos do país.

Para Castela, era preciso administrar o território da capitania de forma eficaz, construir cidades e escolher intermediários que prestassem contas à Coroa de tudo o que se passava nos seus domínios. As cidades foram fundadas tendo como principal critério a estratégia militar. Algumas surgiram sobre povoados indígenas em ruínas, outras mantiveram a designação original utilizada pelos nativos, como nos casos de Maracaibo, Cumaná ou Guanare. Com frequência, a cidade era apadroadada por um santo ou procurava-se dar-lhe o nome da cidade onde o seu fundador tinha nascido, como Mérida, Trujillo ou Valência. Entre 1528 e 1570 estabeleceram-se as principais cidades que hoje constituem as capitais mais importantes do país. Para o padre e escritor espanhol Carmelo Vilda, a história da Venezuela é também a história das suas cidades.⁶

No que diz respeito às instituições através das quais o domínio absolutista do rei espanhol se fazia exercer sobre os territórios americanos, encontramos *La casa de Contratación* de Sevilha, com funções administrativas, fiscais, judiciais e culturais; o Conselho Real e Supremo das Índias, que funcionava também como uma instância judicial; a Secretaria do Gabinete Universal das Índias e outras instâncias que se ocupavam de distribuir terras e indígenas entre os espanhóis. Há também a figura do vice-rei, que representava a autoridade sobre os povos conquistados, os capitães-gerais com menor importância, alcaldes e governadores. Entre as instituições merecem destaque também as audiências, que funcionavam como tribunais, e ainda os *cabildos*, que constituíam o único nível da estrutura político-administrativa que emanava da comunidade e não do poder central. Os *cabildos* foram ocupados, desde o primeiro momento, pelos descendentes dos conquistadores espanhóis, os *blancos criollos*. Não surpreende, por isso, que tenha sido esta elite quem primeiramente ganhou consciência da necessidade de emancipação e que tenha lutado por ela.

DE COLÓNIA PARA ESTADO INDEPENDENTE. O PERÍODO REPUBLICANO

O conflito fundamental da sociedade colonial em 1800 consistia, segundo o antropólogo e historiador venezuelano Miguel Acosta Saignes, nos antagonismos entre duas classes, os proprietários de terras e os escravos.⁷ Numa sociedade escravagista como era a da Venezuela colonial, os desejos de liberdade surgiram primeiro, quase espontaneamente, ao nível local e logo se espalharam por todo o território. Na medida em que o número de mestiços — participantes ativos da vida económica do país — crescia, aumentavam também as aspirações de igualdade em determinados setores da população.

Em finais do século XVIII, uma série de fatores agudizaram estas lutas pela liberdade e igualdade: as ideias vindas da França revolucionária, a decadência do poder da metrópole e a relação de forças entre as classes sociais. O líder militar e político francês Napoleão Bonaparte, por certo, deu para isso um importante contributo quando decidiu elevar ao trono espanhol o seu irmão José Bonaparte, conhecido entre os espanhóis como *Pepe Botella* ou «o rei intruso». Para os rebeldes americanos, o afastamento do rei de Espanha e a «cadeira vazia» — no contexto das invasões napoleónicas na península, a partir de 1807 —, foi mais um incentivo para a causa da independência. Do ponto de vista económico, encontramos também outra motivação: o aumento do bem-estar, provocado pela exportação de produtos agrícolas, nomeadamente do cacau, que tornou possível pensar em direitos e nos desafios da liberdade e da participação política.

Os independentistas procuravam, pois, liberdade política e económica. Enquanto a oligarquia se preparava para manter os privilégios e aumentar as quotas de poder relativamente à metrópole, os intelectuais pretendiam modernizar (ou europeizar)

o Estado e declará-lo autónomo. Neste processo, uma parte da população não participa. Efetivamente, muitos venezuelanos, a maioria camponeses pobres e indígenas, não tinham conhecimentos nem uma consciência clara sobre os objetivos destas guerras. Não surpreende, por isso, que estes setores da população se posicionassem do lado dos espanhóis contra os independentistas. O argentino Marcelo Gullo, especialista em Ciência Política, confirma: «Nas planícies venezuelanas ou na Colômbia, os espanhóis contavam com o apoio dos mais humildes [...]. No sul do Vice-Reino de Nova Granada, a resistência dos "povos indígenas" contra o partido de Bolívar foi liderada pelo general indígena Agustín Agualongo [...]»⁸

Falemos um pouco sobre a população em números. No início do século XIX, estima-se que habitassem no território venezuelano cerca de 800 000 pessoas. Como já foi referido, a sociedade venezuelana era formada por grupos sociais em conflito: brancos peninsulares ou espanhóis europeus (1,5%), *criollos* ou espanhóis americanos (20%), mestiços (50%), indígenas (17%) e negros (13%).⁹ A luta pela liberdade e igualdade desenvolver-se-á, naturalmente, consoante os interesses de cada grupo. Os escravos conspiravam, revoltavam-se e muitos fugiam. Os *criollos* que, de todas as classes, eram os que dominavam o poder económico, a universidade e os *cabildos*, pretendiam superar o vínculo colonial em relação ao comércio, a representação política e as garantias de justiça, ou seja, procuravam ser iguais aos peninsulares. Os mestiços lutavam pela igualdade em relação aos *criollos*, ou seja, pela igualdade de acesso à educação, ao exército e à carreira eclesiástica.

Em 1795, o *zambo* (filho de uma indígena e de um escravo negro) José Leonardo Chirino insurgiu-se em Coro. Este movimento foi integrado, principalmente, por negros e mestiços. Logo em 1797, a conspiração de Picornell, Gual e España vai agrupar os *criollos*. A seguir, em 1799, sucede-se uma revolta de negros

e mulatos chefiada por Francisco Javier Pirela, em Maracaibo. Em 1806, duas expedições chefiadas por Francisco de Miranda em Ocumare aliam-se a Coro às quais se juntam, em 1808, nobres e *criollos*.

Simón Bolívar, o líder da independência venezuelana, é *criollo*, filho de espanhóis da classe aristocrática, e nasceu em Caracas a 24 de julho de 1783. Na Venezuela, ilustres figuras como Simón Rodríguez e Andrés Bello foram os seus professores. Desde muito cedo, Bolívar mostrou uma vocação militar e apetência para os estudos. A partir de 1799, fez várias viagens que o levaram a conhecer Madrid, Paris, Roma, e outras cidades europeias. Em 1807, viajou para os EUA, e pouco tempo depois, no mesmo ano, regressou à Venezuela. A 19 de abril de 1810 é nomeado um dos representantes da Junta perante o governo britânico.

O papel de Bolívar como protagonista nas lutas pela liberdade das Américas é reconhecido por todos, embora a nova república *criolla* esteja repleta de contradições. Com efeito, o projeto político de Bolívar chocou com uma realidade: a falta de uma integração nacional que suportasse a memória histórica que começava a ser escrita. As contradições tornam-se patentes na Constituição de 1811. Aprovou-se uma República liberal e federal, que mantinha a escravatura e que propunha um sistema eleitoral em que só poderia votar quem fosse dono de terras. O novo governo reuniu ainda um grande exército, mas não existia, pelo menos não consensualmente, um claro objetivo político. A nova república não se aguentou e caiu. No seu *Manifiesto de Cartagena*, de 15 de dezembro de 1812, Simón Bolívar apontou as causas do fracasso da primeira República: adoção de um sistema federal, aprovação de leis pouco ajustadas à realidade do país, um certo idealismo na organização do exército, rivalidade entre cidades e províncias, excessiva burocracia e eleições populares que dividiram a sociedade. A tudo isto juntaram-se as consequências devastadoras de um terramoto em 1812.¹⁰

Apesar do fracasso, Simón Bolívar não desistiu e tentou organizar um governo republicano uma segunda vez, de 1813 a 1814, e uma terceira, a partir de 1817. O Congresso de Cúcuta de 1821 formalizou a criação da Grande Colômbia, liderada por Bolívar, reunindo numa só entidade política os governos das províncias da Venezuela, Nova Granada (Colômbia) e Quito, um exercício pioneiro de integração latino-americana que provocou reações internas e externas.

Quando, em 1828, o político e militar venezuelano José Antonio Páez conseguiu capitalizar as forças contrárias ao projeto de Bolívar, a Venezuela rompeu com a Grande Colômbia, e Páez tornou-se o primeiro presidente do país. Depois da dissolução da Grande Colômbia, em 1830, a Venezuela surgiu como novo Estado independente e soberano. Em abril desse ano, a Venezuela separatista precipitou a renúncia de Bolívar. A 17 de dezembro, o Libertador das Américas morreu perto de Santa Marta, na Colômbia.

Com o fim da Grande Colômbia, ficaram evidentes algumas das causas que impediram a integração daquele território: os nacionalismos excludentes, as desconfianças entre as novas repúblicas e ainda outros interesses vindos de fora, obstáculos que ainda hoje aparecem como «fantasmas» no caminho das diferentes iniciativas de integração na Região. Depois de 1830, a luta dos venezuelanos foi mais pela igualdade do que pela liberdade, e o custo foi elevado: 730 batalhas e 26 revoluções de impacto nacional. Até 1888, um terço da população tinha desaparecido nos confrontos. Se em 1810 havia perto de 900 000 habitantes, em 1830 restavam apenas 674 471.¹¹

Os primeiros governos, a partir de 1830, falharam em conectar-se com a população e, sem o apoio popular, rapidamente se tornaram ditaduras (José Antonio Páez, José María Vargas, Carlos Soublette; Páez, novamente). Para poder ser cidadão com direito a voto era necessário ter 21 anos, ser casado, dono de terras com salário ou um

rendimento anual elevado, não ser escravo nem servo, nem ter dívidas ao fisco. Deste modo, a aristocracia, militar ou conservadora, que só representava 5% da população, mantinha a supremacia do poder. Este é o retrato da situação que faz Carrillo Moreno J:

É uma nação que ainda conservava intactas as estruturas económicas, sociais e culturais da época colonial, cujo panorama geral poderia ser o seguinte: um extenso território com mais de um milhão de km², ligado por caminhos de terra, a sua universidade escolástica e as suas escolas a funcionarem nas sacristias das igrejas; a riqueza agrícola sob rigorosa exploração feudal; o sistema de escravatura em condições mais atrasadas do que as existentes na Grande Colômbia e a divisão da sociedade em classes exclusivas, entre as quais a menos numerosa, a dos proprietários e rentistas brancos, ostentava o maior número de privilégios, os *fueros*, a riqueza e o poder político.¹²

É com a Guerra Federal, de 1858 a 1863, que se evidencia a profunda crise política, económica e social que a Venezuela vivia. Do ponto de vista político, tanto os conservadores como os liberais se organizavam em torno da figura de um *caudillo* ou caudilho — um homem com poder político que controlava parcelas do território. O caudilhismo impõe-se, apresentando-se como o movimento porta-voz do mal-estar nacional, capaz de lutar contra um constitucionalismo estático de uma classe oligárquica e letrada, onde as leis estavam divorciadas da realidade social do país. Além disso, o país encontrava-se endividado e a sociedade fortemente militarizada. Em 1873, segundo o primeiro censo militar, só no Estado Carabobo, mais de 15% dos homens eram oficiais do exército.¹³

Como podemos ver, a evolução política venezuelana foi muito lenta, com períodos de profundo pessimismo. Só mais tarde, com

a descoberta do petróleo e uma solução de compromisso entre as principais forças políticas, se conseguirá acelerar a transição da ditadura para a democracia.

INÍCIO DO PERÍODO DEMOCRÁTICO NA DÉCADA DE 1960

Até finais de 1950, a história republicana da Venezuela é marcada por ditaduras como a de Juan Vicente Gómez (1908-1935) ou Marcos Pérez Jiménez (1952-1958). Com a queda deste último, a 23 de janeiro de 1958, inicia-se um novo tempo democrático para o país.

O processo que conduziu a Venezuela ao caminho da democracia foi determinado por um pacto entre os principais partidos políticos do país: a Ação Democrática ou AD (entre os seus principais líderes encontramos Rómulo Betancourt, Jaime Lusinchi ou Carlos Andrés Pérez), o Comité de Organização Política Eleitoral Independente ou COPEI (entre as figuras de proa do partido estão Rafael Caldera e Luis Herrera Campins) e a União Republicana Democrática ou URD (sendo o seu principal líder Jóvito Villalba). Numa região caracterizada por ditaduras militares, a Venezuela democrática parecia ser um verdadeiro milagre. Como foi isto possível?

Uma resposta factível é-nos apresentada no livro *The Magical State*, do venezuelano Fernando Coronil, professor de Antropologia e História na Universidade de Michigan.¹⁴ A moderação adotada pelo general Eleazar López Contreras que, em 1935, sucede a Gómez — num contexto marcado pela forte contestação popular contra a violência do Estado —, vai dar início a um processo de transição para um sistema político com maiores liberdades e garantias constitucionais. López Contreras fê-lo pondo em prática um programa reformista, com ajuda de alguns intelectuais da época, tendo como principal meta modernizar vários setores do país.

Os novos movimentos sociais que surgem neste período organizaram-se reivindicando reformas sociais e eleições universais diretas. Numa greve histórica, trabalhadores da indústria petrolífera do Estado de Zulia exigiram melhores condições de trabalho e o direito a terem um sindicato, o que contou com o apoio generalizado da população. Através da *Ley Lara*, aprovada no congresso nesse mesmo ano, López Contreras dissolve todas as organizações esquerdistas, forçando-as à clandestinidade. Só no final do seu mandato permitiu a participação destas nas eleições presidenciais, embora não tivessem qualquer hipótese de ganhar devido à natureza restritiva do sistema eleitoral. Estas organizações de esquerda uniram-se simbolicamente em torno da figura do escritor Rómulo Gallegos.

O general Isaías Medina Angarita, então ministro da Guerra, foi eleito sucessor pelas cerca de 40 000 pessoas que votaram nessas eleições. Continuou o processo de liberalização do sistema político, permitindo aos partidos políticos organizarem-se livremente e concorrerem a eleições, às mulheres votarem em eleições municipais e aos homens alfabetizados votarem diretamente em representantes do congresso, que escolheriam o presidente. Por esta altura, as tentativas de unir a esquerda num só partido fracassaram. Os comunistas formaram o *Partido Comunista de Venezuela* (PC) e, sob a liderança de Rómulo Betancourt, em 1941, formou-se o partido *Acción Democrática* (AD), cujo principal objetivo político era a reforma do sistema eleitoral.

Como sucessor de Medina Angarita, a AD apoiou Diógenes Escalante, que prometia a realização de eleições universais, mas este ficaria afastado da corrida por doença. A alternativa, Ángel Biaggini, não oferecia suficientes garantias. Impacientes, os membros da AD encontram um potencial parceiro na Unión Patriótica Militar (UPM), formada por oficiais treinados no estrangeiro, expostos a ideologias que atribuíam aos militares um maior papel no desenvolvimento nacional. Liderados pelo major Marcos Pérez

Jímenez, os membros da UPM planeavam derrubar o regime e comprometiam-se a convocar eleições universais. Estes militares precisavam da AD, que cimentara o seu apoio nos setores rurais e urbanos, para legitimar entre a população o governo que queriam no poder. O golpe fez-se a 18 de outubro de 1945, com o apoio da AD, e depressa foram adotadas medidas tendo em vista a realização de eleições universais. Rómulo Gallegos foi eleito presidente com quase 75% dos votos a 14 de dezembro de 1947, legitimando-se, assim, a ascensão de um governo por via de um golpe de Estado.

Um novo golpe de Estado, em 1948, desta vez perpetrado pelas Forças Armadas do país, afastaram do poder Gallegos e os militantes da AD. De seguida, formou-se uma junta militar, cujos membros (ex-aliados da AD) se alternaram no poder com um breve interregno (civil), o coronel Carlos Delgado Chalbaud (de 1948 a 1950) e o tenente-coronel Marcos Pérez Jiménez (a partir de 1952). À frente de um governo, considerado autoritário e repressivo, Pérez Jiménez permanecerá no poder até ao seu afastamento por um golpe cívico-militar, em 1958.

A partir de 1958, o *Pacto de Punto Fijo*, como ficou conhecido, comprometeu os principais líderes dos diferentes partidos políticos, Betancourt, Caldera e Jóvito Villalba, a uma via de convivência pacífica. A nova Constituição de 1961 consagrava o direito ao trabalho, à dignidade humana, ao salário justo e à utilização democrática dos serviços públicos como a saúde, habitação, educação e segurança pessoal. Os progressos sociopolíticos da Venezuela eram agora acompanhados com elevadas expectativas.

Para o politólogo venezuelano Juan Carlos Rey, o regime democrático da Venezuela a partir de 1958 podia ser caracterizado como um «sistema populista de conciliação de elites», dependente sobretudo da capacidade de os mecanismos democráticos (as eleições e os partidos) satisfazerem as aspirações da maioria da população. Rey refere também, de uma perspetiva crítica, que, paralelamente, se criou outro sistema — não democrático —

que servia para garantir o apoio a determinados grupos: as Forças Armadas, a Igreja Católica, empresários, etc. Isto é, os «mecanismos de tipo utilitário — além dos normativos — foram fundamentais para a manutenção da ordem sociopolítica na Venezuela». Acrescente-se ao anterior que a concentração de poderes na figura do presidente da República favoreceu o desenvolvimento de um forte «personalismo presidencial», considerado uma causa dos muitos males que afetaram o sistema político e a sociedade venezuelanas.

Lista dos presidentes da Venezuela, durante o período democrático

Rómulo Betancourt (AD)	fevereiro de 1959-março de 1964
Raúl Leoni (AD)	março de 1964-março de 1969
Rafael Caldera (COPEI)	março de 1969-março de 1974
Carlos Andrés Pérez (AD)	março de 1974-março de 1979
Luis Herrera Campins (COPEI)	março de 1979-fevereiro de 1984
Jaime Lusinchi (AD)	fevereiro de 1984-fevereiro de 1989
Carlos Andrés Pérez (AD)	fevereiro de 1989-maio de 1993
Octavio Lepage (AD)	maio de 1993-junho de 1993
Ramón José Velásquez (AD)	junho de 1993-fevereiro de 1994
Rafael Caldera (<i>Convergencia</i>)	fevereiro de 1994-fevereiro de 1999

Temos, portanto, um bipartidarismo que, de forma alternada, elevou ao poder ora a AD ora a COPEI, e a figura de um presidente «todo-poderoso» (que contava com os recursos petrolíferos do país), cada vez mais desligado da população que o elegeu, frustrando as suas expectativas. Tratando-se, do ponto de vista socioeconómico, de uma sociedade bastante desigual, o sistema lançou o eleitorado numa espiral de alienação dos assuntos políticos, comprometendo

a vigência do regime da democracia representativa que vigorava no país desde 1958.¹⁵

Com a queda dos preços do petróleo, a partir de 1986, ficaram evidentes as debilidades do governo e a sua incapacidade de manter a estabilidade do sistema. A revolta popular de fevereiro de 1989 em Caracas, ou o *Caracazo*, como seria lembrada — com um saldo aproximado de 400 mortos —, e as mobilizações e protestos que se seguiram contra a «austeridade» imposta pelo governo de Carlos Andrés Pérez criaram um ambiente favorável ao aparecimento de novos grupos organizados, como o Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), liderado pelo tenente-coronel Hugo Chávez Frías. A eleição de Rafael Caldera (na altura à frente do partido *Convergencia*, que encabeçava uma coligação que ficou popularmente conhecida como o *El Chiripero*) como presidente da República, no dia 5 de dezembro de 1993, punha fim, mais do que a um regime, a um sistema político que desde a sua conceção tentou gerir diversos interesses, muitos dos quais se mostraram inconciliáveis.

Para o historiador venezuelano Arturo Uslar Pietri, «a Venezuela fingida não sobrevive à morte petroleira».¹⁶ O *Caracazo* deixaria em evidência não só a fragilidade do sistema político, mas também uma cultura política que fomentava um desenvolvimento insustentável, a desigualdade e a corrupção.

A VENEZUELA REVOLUCIONÁRIA DE CHÁVEZ E MADURO

A 4 de fevereiro de 1992, uma tentativa de golpe por parte do coronel Hugo Chávez Frías ao presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, fez tremer o *statu quo*. Este filho de professores da escola pública ingressou, aos 17 anos, na Academia Militar da Venezuela. Em 1975, graduou-se em Ciências e Artes Militares e nesse mesmo

ano recebeu a patente de tenente-coronel. Em dezembro de 1982, Chávez e outros companheiros começaram a organizar o Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), de caráter nacionalista e ideologicamente de Esquerda. A crise econômica, o endividamento e os aumentos significativos da pobreza elevaram as expectativas em relação a um homem como Chávez, que tinha surgido como uma alternativa aos partidos políticos tradicionais.

Nas eleições de 6 de dezembro de 1998, Hugo Chávez Frías — à frente o partido Movimento V República (MVR)¹⁷ — foi eleito presidente da República com 3 673 685 votos (56% do total), assumindo o comando do país num claro processo de rutura histórica. Desde o começo do seu mandato, em fevereiro de 1999, o novo governo introduziu um amplo «programa revolucionário», em que uma das primeiras medidas constitucionais adotadas foi alterar a designação da República da Venezuela para República Bolivariana da Venezuela. Ainda no campo dos símbolos, em 2006, Chávez decidiu adicionar uma estrela à bandeira do país, passando de sete para oito, para representar a Guiana Essequiba ou o Essequibo, território reclamado desde finais do século XIX.

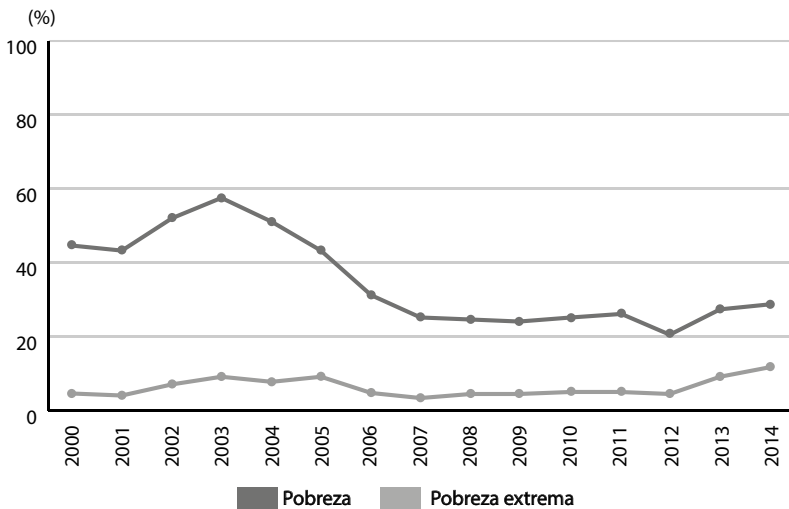
Desde o início da sua atividade política, Chávez fez referência nos seus discursos à vida e obra de Simón Bolívar, assumindo-se o promotor da «segunda independência da pátria» face aos «centros de poder imperialistas». Nada de novo, pois o culto a Bolívar, líder do povo heroico (*el bravo pueblo*), foi, ao longo da existência da República, instrumentalizado como fator de unidade nacional, pelo menos no imaginário coletivo.

Quanto ao regime, Hugo Chávez prometeu uma mudança rumo a uma democracia mais participativa do que representativa. A sua oposição explícita aos partidos políticos tradicionais conduziu o seu governo no sentido da aprovação de uma nova constituição, que iria substituir a de 1961. A Constituição revolucionária de Chávez, de 1999, introduziu na Venezuela um novo modelo político de «democracia participativa», sustentado em eleições

e referendos, mas que dispensou, basicamente, os partidos políticos da sua função mediadora entre eleitos e eleitores. A magna carta estabeleceu também a participação cidadã em todas as decisões das políticas públicas.

No campo social, Hugo Chávez assumiu a missão «messiânica» de acabar com as desigualdades. Os excedentes do petróleo, sem dúvida, favoreceram enormemente a execução de uma política muito assistencialista, baseada em subsídios que tiraram da pobreza muitas pessoas.

Gráfico 1 – Pobreza na Venezuela entre 2000 e 2014



Fonte: CEPALSTAT Portal de Datos y Publicaciones Estadísticas.¹⁸

No ano 2000, apesar do elevado preço do petróleo (aproximadamente 100 dólares o barril), o PIB venezuelano diminuiu significativamente, acompanhado por um aumento do desemprego. As altas taxas de corrupção e o excessivo poder militar contribuíram para a redução do investimento estrangeiro.

Adicionalmente, deixou de ser possível garantir a independência dos diferentes órgãos políticos. Neste contexto, o regime tornou-se cada vez mais autoritário. Em 2002, Chávez sofreu um golpe de estado por parte dos representantes de setores mais conservadores, militares e empresários, que durou apenas 48 horas. Pouco depois, o presidente enfrentou uma greve de dois meses que levou à paralisação de grande parte da atividade petroleira em todo o território. Esta paragem, impulsionada pelos setores opositores, impactou severamente a economia do país. Um polémico referendo revogatório seguir-se-ia em 2004, muito mais tarde do que a oposição — apoiada na Constituição de 1999 — requisitara, e Chávez conseguiu permanecer no poder.

Depois destes acontecimentos, Hugo Chávez radicalizou tanto o seu discurso como a sua política. Passou a haver um maior controlo militar de setores como o petrolífero e um forte intervencionismo estatal. Além disso, a Constituição de 1999 foi alterada de modo a garantir a reeleição indefinida do presidente do governo. Os altos preços do petróleo permitiram-lhe, naturalmente, articular mais facilmente os postulados ideológicos e económicos do seu programa bolivariano revolucionário e a aposta na construção do Socialismo do Século XXI como alternativa à economia de mercado, sobretudo a partir de 2007 (Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Nação 2007-2013). Este plano económico levaria à polarização da sociedade venezuelana: os que estão a favor e os que estão contra Chávez.

Ainda no contexto do processo de radicalização do governo bolivariano, a 16 de dezembro de 2006, decidiu-se a dissolução do MVR, e, no seu lugar, foi criado o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). Chávez assumiu a direção nacional do PSUV no dia 14 de março de 2008, depois de ter sido eleito presidente por «aclamação» dos delegados do partido, passando a contar com «uma ferramenta política autodefinida nos seus documentos liminares como democrática, anti-imperialista e anticapitalista».

Por sua vez, em meados de 2009, vinte e dois partidos políticos (AD, COPEI, Primeiro Justiça, Movimento para o Socialismo, entre outros) aliaram-se no bloco Mesa da Unidade Democrática, ou MUD, opondo-se ao oficialismo nas eleições legislativas de 26 de setembro de 2010. Depois de vencer as eleições de 2010 com maioria simples, ou seja, limitado no exercício de legislar sem acordo com os outros partidos, Hugo Chávez assumiu, pouco depois, a iniciativa de criar o Grande Polo Patriótico Simón Bolívar (GPP) como «instrumento da Revolução Venezuelana». Esta coligação era composta essencialmente por partidos políticos de esquerda como o PSUV, o Partido Comunista da Venezuela (PCV) e o Movimento Eleitoral Popular (MEP), entre outros.

No panorama político nacional, cabe dizer também que a oposição cometeu graves erros. Um deles foi não conseguir definir uma estratégia conciliadora que lhe permitisse apresentar-se, além da constituição (mais teórica do que prática) da MUD, como um verdadeiro bloco opositor, deixando o controlo total do Exército, do Petróleo, do Parlamento, da Justiça e do Poder Eleitoral nas mãos do governo chavista. Pouca transparência e um maior controlo das instituições por parte do Estado, como todos sabemos, pode gerar diferentes formas de abuso. Relativamente aos Direitos Humanos, por exemplo, em 2010, a ONG *Human Rights Watch* denunciou que durante as sucessivas administrações de Chávez, a concentração de poder e a erosão destes direitos deu ao governo mãos livres para intimidar, censurar e julgar os venezuelanos que criticaram ou obstaculizaram a sua agenda política.¹⁹ Hugo Chávez adoeceu e morreu em março de 2013, mas não partiu sem antes indicar o seu sucessor: o número dois, o vice-presidente Nicolás Maduro Moros.

Para alguns autores, o regime de Chávez foi uma mistura de democracia, socialismo, autoritarismo e populismo. Como fenómeno político, o chavismo é considerado um processo de inclusão social e de construção de novas elites através de uma reorientação

«desordenada» de receitas do petróleo. São mecanismos similares, historicamente, aos que originaram muitas outras elites e forças políticas no passado na Região — mais uma vez, as duas faces da mesma moeda de ouro negro. A este respeito, diz-nos o académico venezuelano radicado em Berlim, Manuel Silva-Ferrer, o seguinte:

O processo que se desenrolou nos últimos quinze anos, ao abrigo de um novo período de preços elevados do petróleo, pode ser considerado, para lá da retórica e da teatralização de uma épica revolucionária original, apenas como parte de um novo ciclo. Um «novo início do Estado Mágico» [...], semelhante ao que o país vivera anteriormente com outros magos do Estado petrolífero: Juan Vicente Gómez (1908-1935) para o Estado liberal ditatorial; Eleazar López Contreras (1935-1941) e Isaías Medina Angarita (1941-1945) para a transição para a democracia controlada pelas elites do país; Marcos Pérez Jiménez (1952-1958) para a adaptação do *New Deal* ao esquema da ditadura militar; e Carlos Andrés Pérez (1974-1979) para o que veio a ser chamado de «a Grande Venezuela», no meio da época dourada do programa de substituição de importações e das teorias de crescimento de Walt W. Rostow (1960) produzidas no contexto da Guerra Fria. Nesta perspetiva, abordar as mudanças atuais, tendo em conta as dinâmicas históricas do panorama local, permite observar que, apesar das transformações visíveis, as coisas mudaram muito pouco.²⁰

No início de 2014, com o desaparecimento físico de Chávez e com Nicolás Maduro no poder, começaram na Venezuela uma série de manifestações e protestos nas ruas, dos quais resultaram uma trintena de mortos, centenas de feridos e detidos, entre estes últimos, o líder opositor Leopoldo López, condenado à prisão por mais de treze anos.

A ANÁLISE DEFINITIVA PARA COMPREENDER A VENEZUELA: UM PAÍS CHEIO DE PROMESSAS, MARCADO PELA VIOLÊNCIA E POR DESIGUALDADES PROFUNDAS

Passavam poucos minutos das duas da manhã do dia 3 de janeiro de 2026 quando as tropas norte-americanas capturaram Nicolás Maduro. Horas depois, Donald Trump anunciava ao mundo que a ministra do Petróleo, Delcy Rodríguez, ficaria à frente dos destinos do país. Mais uma vez, a história da Venezuela ficava em suspenso. A investigadora Nancy Gomes explica, nesta análise contundente, como chegámos até aqui.

A Venezuela nasceu no turbilhão das independências latino-americanas no século XIX, atravessou ditaduras militares, conheceu a promessa democrática, mas, às portas do século XXI, voltou a mergulhar num regime autoritário. A história do país de Bolívar, batizado de «pequena Veneza», foi moldada pela descoberta de petróleo, tornando-se um dos seus principais exportadores mundiais. Seguiu-se a «revolução» de Hugo Chávez, que Maduro herdou e que deu origem a uma Venezuela cheia de contradições: fértil em recursos, mas minada pela pobreza e pela corrupção. Entre a abundância e o colapso, este é o retrato de um país que parece estar permanentemente à espera do futuro.

«Escreve-se pouco em Portugal sobre a Venezuela, o país caribenho onde vivem ainda centenas de milhares de portugueses. Daí a oportunidade deste livro da professora Nancy Gomes. Um trabalho com rigor académico, numa linguagem simples e despretensiosa, acessível ao grande público.»

LUÍS AMADO, EX-MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



Penguin
Random House
Grupo Editorial

penguinlivros.pt

  penguinlivros

ISBN: 978-989-589-904-3



9 789895 899043